



# Fazenda comemora IPCA de 4,26% e projeta menor inflação do Plano Real

## Teto de pensionista e aposentado do INSS sobe para R\$ 8.475,55 em 2026

Página 3

## Brasil terá novas regras para entrada de produtos agropecuários

Página 6

### Volta às aulas: IpeM-SP orienta sobre os riscos da compra de artigo escolar sem certificação

O período de volta às aulas marca o início de uma nova rotina para estudantes e famílias, além de intensificar a procura por materiais escolares. Com esse cenário, a aquisição desses produtos torna-se mais frequente. Para isso, o IpeM-SP (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo) orienta pais e responsáveis sobre a escolha adequada dos materiais escolares, fornecendo dicas e orientações para uma compra segura, afinal, a atenção à qualidade dos produtos é fundamental para garantir a segurança de crianças e adolescentes.

Página 2

## Aneel divulga calendário para anúncio de bandeiras tarifárias em 2026

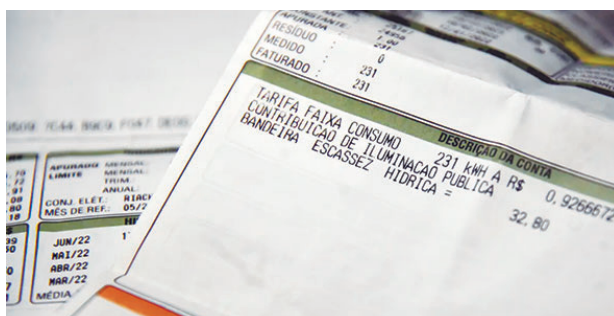


Foto: Marcelo Casal - Agência Brasil

Página 3

O Ministério da Fazenda comemorou na sexta-feira (9) o resultado da inflação oficial de 2025. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em 4,26%, dentro do sistema de metas e com a quinta menor taxa registrada desde 1995, início do Plano Real.

A avaliação é do secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, que ocupa interinamente o cargo de ministro da Fazenda durante as férias de Fernando Haddad. Segundo ele, o resultado consolida um cenário de maior estabilidade econômica e reforça a meta do governo de entregar a me-

nor inflação acumulada de um mandato presidencial desde a criação do real.

“Os 4,26% são o menor IPCA desde 2018. Mas, em 2018, o desemprego estava em 11,6%. Agora está em 5,2%. Estamos entregando inflação e desemprego baixos”, afirmou Durigan, em publicação nas redes sociais.

O ministro interino destacou ainda que o resultado ficou abaixo das expectativas do mercado financeiro ao longo de boa parte do ano. No primeiro semestre de 2025, o boletim Focus chegou a apontar projeções de inflação próximas de 5,6%.

Página 3

## SP cria 36% do total de vagas de emprego em novembro, o equivalente a mais de mil vagas por dia

Página 2

## Justiça determina que SUS forneça remédio para tratar câncer raro

Página 6

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,36	Compra: 5,39
Venda: 5,36	Venda: 5,57
EURO	
Compra: 6,24	
Venda: 6,24	

## Esporte

# Lucas Di Grassi destaca que altitude no México modificará estratégias

Uma corrida de estratégias diferentes. É assim que o brasileiro Lucas Di Grassi definiu a segunda etapa do Campeonato Mundial de Fórmula E, a ser disputada no sábado (10), no Autódromo Hermanos Rodríguez, na Cidade do México. “Entre nossas 16 etapas, essa é a corrida na qual competimos na maior altitude em relação ao nível do mar. E isso a torna diferente em termos de estratégia e de acerto também”, explicou Lucas, que defende a equipe Lola Yamaha ABT, time que formado em 2025.

A pista mexicana está a 2.300 metros acima do nível do mar. Como comparação, São Paulo, onde foi realizada a eta-

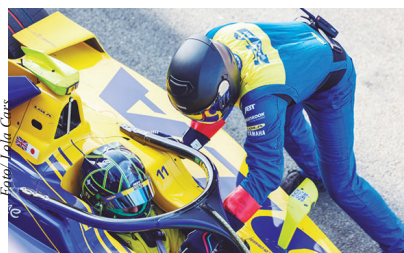
pa de abertura da temporada, em dezembro, está a 900 metros de altitude – uma diferença que afeta o trabalho de pilotos e técnicos. “O ar aqui na região do autódromo do México é menos denso, então isso causa alguns efeitos interessantes”, avalia o brasileiro.

“Primeiro, o ar menos denso prejudica um pouco a refrigeração da bateria – que é bem importante em corridas de carros elétricos. Mas o mais importante é que a atmosfera mais rarefeita torna menos vantajoso andar atrás de outros carros para economizar energia – uma estratégia que usamos bastante. É o único lugar no qual sentimos esse efeito, que tende a mudar a dinâmica da pro-

va. Outro ponto é que com a atmosfera mais rarefeita há também menos oxigênio e, por isso, até você se adaptar vai sentir mais cansaço do que nas altitudes mais baixas”, completou Lucas.

**Três vitórias** – Apesar dos desafios – e talvez justamente por eles – o ePrix do México é um dos favoritos do brasileiro. Lucas conquistou três vitórias nesta prova (em 2017, 2019 e 2021), uma das etapas onde tem mais fãs. A corrida também será a 150ª prova da história do Campeonato Mundial, que teve sua disputa inicial em setembro de 2014, na China, com vitória de Lucas.

“A temporada começou em São Paulo e, agora, continua no



Di Grassi representará o Brasil na etapa do México, que ele venceu três vezes

México: são duas provas que me enchem de energia, tanto pelas

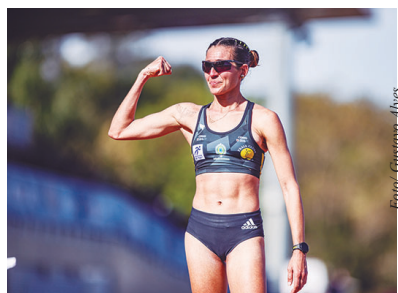
pistas, quando pelo público caloroso e o ambiente cheio de en-

tusiasmo”, definiu Di Grassi.

Após a etapa do Brasil, a temporada 2025/2026 tem a liderança do britânico Jake Dennis, da equipe Andretti, com 25 pontos. Di Grassi, que ainda trabalha para evoluir o carro da novata Lola Yamaha ABT, não pontuou na etapa brasileira – embora o brasileiro tenha sido responsável por todos os pontos da equipe na temporada passada.

A Fórmula E realizará o primeiro treino livre nesta sexta-feira (09/01), com o restante da programação no sábado: treinos (a partir das 10h30), classificação (12h40) e corrida (17h05).

# Atletismo Brasil já tem sua Certificação da Lei Pelé de 2026



Viviane Lyra

O Atletismo Brasil inicia 2026 com sua Certificação da Lei Pelé garantida. O Ministério do Esporte renovou a Certificação de Registro Geral da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), na qual está dentro de todas as exigências da Lei Pelé em termos de governança.

O documento, emitido pelo Ministério do Esporte, com data de 6 de janeiro de 2026, tem validade de um ano – até 6 de janeiro de 2027 – e significa “a observância de todas as exigências formais previstas nos artigos 18 e 18-A da Lei 9.615/98”, conhecida como Lei Pelé.

A Certidão de Registro Cadas-

tral é necessária para que entidades do Sistema Nacional do Desporto como confederações, federações, associações, institutos e clubes, recebam recursos públicos para projetos esportivos. Foi instituída em 3 de abril de 2028 pela Portaria Nº 115.

Para obter o registro cadastral, a entidade precisa encaminhar o pedido, acompanhado de documentos que comprovem governança e compliance, transparência ativa, gestão democrática, autonomia e viabilidade financeira e participação de atletas.

“Foi renovada a nossa certificação do Ministério do Esporte, mais uma vez sem interstício nem

qualquer pendência ou necessidade de saneamento. É muito importante”, afirmou Wlamir Motta Campos, presidente do Conselho de Administração da CBAt, destacando assim que a certificação foi emitida sem nenhum intervalo de tempo em relação a anterior porque a CBAt atendeu a todas as exigências legais relativas a governança.

Gestão CBAt em destaque 2025 - Prêmio Sou do Esporte - Melhores Práticas de Governança - Transparência, Equidade e Comissão de Atletas.

2025 e 48 anos de vida - patrocinados Caixa e Loterias Caixa (2028), PUMA (2032) e Fictor

(2029).

2024 - Prêmio Sou do Esporte - Melhores Práticas de Governança - Transparência e Comissão de Atletas.

2023 - Prêmio Sou do Esporte - Gestor do Ano: Wlamir Motta Campos; Joaquim Cruz, campeão olímpico: Homenageado do Ano.

2022 - Prêmio Sou do Esporte - Melhores Práticas de Governança - Equidade de Gênero.

2022 - World Athletics Member Award - Melhor federação do mundo.

A Caixa e as Loterias Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

# IPVA 2026: veja como pagar o imposto no estado de São Paulo

A partir da próxima segunda-feira (12) começa o prazo para os proprietários de veículos de São Paulo pagarem o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2026.

O cálculo do valor do imposto é feito sobre o valor venal do veículo, que é alterado de acordo com a tabela Fipe, mas a alíquota continua a mesma: 4% para carros de passeio; 2% para motocicletas e similares, caminhonetes, cabine simples, micro-ônibus, ônibus e maquinário pesado; 1,5% para caminhões e 1% para os veículos de locadoras.

O IPVA 2026 pode ser pago nas agências bancárias credenciadas, nos caixas de autoatendimento, casas lotéricas ou di-

retamente pelo Internet Banking e aplicativos bancários utilizando apenas o número do Renavam do veículo.

O proprietário pode optar por pagar o imposto à vista, com desconto de 3%, ou parcelado em até cinco vezes (de janeiro a maio), de acordo com o valor do imposto devido.

No estado de São Paulo é possível pagar também usando o Pix ou usando o cartão de crédito. Para realizar o pagamento por Pix, o proprietário do veículo deve acessar o sistema da Sefaz-SP, selecionar o débito a pagar e emitir o QR Code, que deve ser efetuado em no máximo 15 minutos. Após esse prazo é necessário gerar um novo código.



O proprietário do veículo pode optar por pagar o imposto à vista, com desconto de 3%, ou parcelado em até cinco vezes

No caso da opção por cartão de crédito, o proprietário pode optar por quitar à vista ou parcelado em até 5 vezes nos bancos e casas lotéricas. Há também a opção de dividir o imposto em mais parcelas utilizando as instituições financeiras cadastradas pela Sefaz-SP. No site da Secretaria há uma lista atualizada das empre-

sas. Essas instituições oferecem condições de parcelamento diferenciadas, mas cobram juros. É necessário que o contribuinte entre em contato diretamente com a instituição e verifique as melhores taxas e prazos de pagamento. Ao Estado de São Paulo é repassado apenas o valor exato do débito do IPVA.

## O que faço se perder o prazo?

Quem não efetuou o pagamento do IPVA em janeiro pode ainda fazê-lo em fevereiro, nas mesmas datas estipuladas pelo calendário. Neste caso, porém, o pagamento deve ser feito em parcela única, sem o desconto de 3%.

Atraso no pagamento  
O contribuinte que deixar de recolher o imposto fica sujeito a multa de 0,33% por dia de atraso e juros de mora com base na taxa Selic. Passados 60 dias, o percentual da multa fixa-se em 20% do valor do imposto.

Permanecendo a inadimplência do IPVA, o débito será inscrito na Dívida Ativa, além da inclusão do nome do proprietário no Cadin Estadual, impedindo-o de aproveitar eventual crédito que possua por solicitar a Nota Fiscal Paulista. A partir do momento em que o débito de IPVA estiver inscrito, a Procuradoria Geral do Estado poderá vir a cobrá-lo mediante protesto. (Governo de SP)

**CESAR NETO**  
www.jornalistacesarneto.com

## CÂMARA (São Paulo)

Pergunta da hora : será que alguns vereadores e vereadoras [que se identificam como cristãos] vão novamente participar das festividades do carnaval [fevereiro 2026] que costuma liberar quase tudo que não é Cristão ?

## PREFEITURA (São Paulo)

Fervoroso católico, Ricardo Nunes (MDB) seguirá rezando com fé pra que seu Palmeiras saia da condição de nada ganhar em 2024 e ganhe tudo o que disputar neste 2026 [ano de copa do mundo EUA-México-Canadá]

## ASSEMBLEIA (São Paulo)

Pergunta da hora : será que alguns deputados e deputadas [que se identificam como cristãos] vão novamente participar das festividades do carnaval [fevereiro 2026] que costuma liberar quase tudo o que não é Cristão ?

## GOVERNO (São Paulo)

Uma das avaliações sobre o fato do Tarcísio Freitas ter sido eleito pelo Republicanos em 2022 é que se o eleitorado votou 22 Bolsonaro e 10 Tarcísio, ficou muito mais fácil repetir o número 10 do Republicanos em 2026

## CONGRESSO (Brasil)

Alguns ministros(as) e candidatos 2026 [ao Senado, Câmara Deputados(as) e governos estaduais] já articulam pra que os partidos nos quais estão mantenham [em seus lugares] alguém que faça o que fizeram no 3º Lulismo

## PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT nacional) segue comemorando possível parceria comercial entre países da União Europeia e o Mercosul. Em tempo: uma coisa é assinatura do acordo, outra é o voto no Parlamento Europeu e em cada país

## PARTIDOS (Brasil)

Em São Paulo, segue o estranhamento entre ex-Arena (atual PP) e o União (DEM + PSL), cujos donos e sócios preferenciais "juraram amor eterno" [por 4 anos no território nacional] ao "se casaram" sob o rótulo de "federação"

## HISTÓRIAS

Papa Leão 14 deixa claro aos cardeais [pelo mundo] que quer a igreja católica fazendo menos quantidade de coisas [porém com excelência] do que fazendo muitas coisas [de forma mediocre]. Quem tem discernimento compreendeu

## ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito da Assembleia (SP)"... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "A quem tenho eu no céu senão a ti? E na terra não há quem eu deseje além de ti" Salmo 73:25

## Jornal O DIA S. Paulo

### Administração e Redação

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar - Bela Vista - SP  
CEP: 01332-030  
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line  
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal  
Atas, Balanços e  
Convocações  
Fone: 3258-1822  
Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

### Agências de notícias

Agência Brasil - EBC  
Notícias Agrícolas  
Folhapress

Governo de São Paulo  
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

## SP cria 36% do total de vagas de emprego em novembro, o equivalente a mais de mil vagas por dia

O estado de São Paulo criou 31,1 mil vagas de emprego com carteira assinada em novembro de 2025, o equivalente a mais de mil vagas por dia. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De janeiro a novembro, foram mais de 530 mil vagas de emprego formais criadas. No acumulado de 12 meses, foram 342 mil oportunidades.

Assim, o estado criou 36% do total de vagas com carteira assinada no país em novembro, 28% do total em 11 meses e 26% em 12 meses, números que consolidam São Paulo como a unidade da

Federação que tem maior saldo de vagas do país.

Em todos os períodos houve crescimento na criação de vagas de emprego no estado: 0,21% em novembro, 3,74% no acumulado do ano e 2,4% no acumulado de 12 meses.

### Sectores com mais contratações

O setor de Serviços foi o que mais criou vagas em novembro - total de 32.363 postos. Dentro do setor se destacam Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (27.019), Alojamento e alimentação (3.379) e

Transporte, armazenagem e correio (1.662).

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas vem em seguida na criação de vagas em novembro: 20.446.

Em 12 meses, houve aumento dos empregos nos Serviços (total de 205 mil), no Comércio (67 mil), na Construção (28 mil), na Indústria (26 mil) e na Agricultura (16 mil).

### Salário médio

Em novembro, o estado de São Paulo teve o maior salário médio de admissão do país, de R\$ 2.635,19, seguido por Distrito Federal (R\$ 2.412,65), Santa Ca-

tarina (R\$ 2.362,30) e Rio de Janeiro (R\$ 2.286,92). O salário de admissão de São Paulo é 14% maior que do Brasil (R\$ 2.310,78). O Sudeste foi a região com maior valor no país (R\$ 2.478,01).

### Empregos por região

Regionalmente, os desempenhos mais expressivos, em 12 meses, ocorreram na capital (108 mil), nos demais municípios da região metropolitana (87 mil) e nas regiões administrativas de Campinas (40 mil), Sorocaba (23 mil) e São José dos Campos (17 mil), respondendo por 80% dos empregos gerados no estado de São Paulo. (Governo de SP)

## Volta às aulas: Ipem-SP orienta sobre os riscos da compra de artigo escolar sem certificação

materiais escolares, contribuindo para uma compra mais segura e consciente.

### Dicas na compra

— Antes de colocar o produto no carrinho, verifique sempre se o item possui o Selo de Identificação da Conformidade do Immetro, que pode estar na embalagem ou diretamente no produto.

— No caso de materiais vendidos a granel, como lápis, borrachas, apontadores e canetas, confira se a embalagem expositora está com o Selo de Identificação da Conformidade do Immetro posicionada próxima aos itens.

— Para não correr riscos desnecessários, evite comprar em comércios informais. Esses produtos não têm garantia de procedência e podem não cumprir os requisitos mínimos de segurança.

— Exija e guarde a nota fiscal. Além de ser um direito do consumidor, o documento comprova a origem do produto e é fundamental em caso de troca ou reclamação.

Caso sejam identificados produtos sem o Selo de Identificação da Conformidade do Immetro no comércio formal, o consumidor deve registrar a denúncia junto à Ouvidoria do Ipem-SP, pelo telefone 0800 013 05 22 (atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h), pelo e-mail ouvidoria@ipem.sp.gov.br ou no site do Ipem-SP www.ipem.sp.gov.br, link da Ouvidoria.

Em situações de acidentes de consumo envolvendo artigos escolares ou qualquer outro produto ou serviço, o relato deve ser feito no Sistema de Monitoramento de Acidentes de Consumo (Sinmac), disponível no site www.immetro.gov.br/sinmac.

### A fiscalização em artigo escolar

Desde 28 de fevereiro de 2015, todos os artigos escolares devem ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os requisitos estabelecidos nas Portarias Immetro nº 481/2010 e nº 262/2012. Ou seja, devem possuir o Selo de Identificação da Conformidade do Immetro e estar devidamente registrados junto ao Immetro.

O objetivo do Programa de Avaliação da Conformidade do Immetro para artigos escolares é a segurança (atendimento aos requisitos da norma ABNT NBR 15236), visando minimizar a ocorrência de acidentes de consumo que coloquem em risco a saúde e segurança das crianças com idade inferior a 14 anos.

Além dos fabricantes e importadores, os distribuidores e lojas possuem algumas responsabilidades e obrigações, entre elas:

— Antes de disponibilizarem para comercialização um artigo escolar (contemplado pela legislação citada), os distribuidores e/ou lojas devem verificar se o mesmo ostenta o Selo de Identificação da Conformidade.

— Sempre que considerar ou tenha motivos para crer que um artigo escolar (contemplado pela legislação citada) não está conforme os requisitos estabelecidos na certificação, o distribuidor e/ou loja deve informar o fato para o fabricante ou importador, bem como o Immetro e as autoridades de fiscalização do mercado, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

— Enquanto um artigo escolar (contemplado pela legislação citada) estiver sob a responsabilidade do distribuidor e/ou loja, este deve garantir que as condições de armazenamento ou transporte não prejudiquem a conformidade do artigo escolar com os requisitos previstos.

— Os distribuidores e/ou lojas devem manter em local visível ao consumidor as informações referentes à Identificação da Conformidade do artigo escolar (selo do Immetro), mesmo nos casos de fracionamento.

Para consultar se o número de Registro constante no Selo de Identificação da Conformidade do Immetro está válido basta apenas consultar o site oficial do instituto. Acesse <http://registro.immetro.gov.br/consulta/>.

### Orientação para o consumo

O Ipem-SP disponibiliza para download o Guia Prático de Consumo, que traz dicas ao consumidor sobre o que observar na hora da compra de diversos produtos, entre eles, produtos embalados, têxteis e eletrodomésticos, além de orientações sobre

itens que devem trazer o selo do Immetro e sobre a utilização de balanças disponíveis em supermercados, padarias, açougues e outros tipos de comércio. Para fazer o download do guia, acesse [https://www.ipem.sp.gov.br/images/publicacoes/g\\_consumo/g\\_consumo.pdf](https://www.ipem.sp.gov.br/images/publicacoes/g_consumo/g_consumo.pdf). Conheça as demais publicações da instituição de orientação ao consumidor, acesse <https://www.ipem.sp.gov.br/index.php/cidadao/publicacoes>.

### Ipem-SP

O Ipem-SP é uma autarquia do Governo de São Paulo, vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania, e órgão delegado do Immetro, que atua em apoio à Cidadania e ao Desenvolvimento Econômico. Fortalecendo o desenvolvimento, o diálogo, e a dignidade no estado de São Paulo, é reconhecido como ICT (Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação). A instituição promove a IQ (Infraestrutura da Qualidade) fornecendo suporte às empresas e apoio ao cidadão nas áreas da avaliação da conformidade, na metrologia, na vigilância de mercado e no atendimento às normas técnicas compulsórias.

Na vigilância de mercado, o Ipem-SP atua na fiscalização metrologia de instrumento de medição usados nas relações de consumo, como bombas dosadores de combustíveis, balanças e taxímetros, e das quantidades fornecidas de produtos embalados, inclusive, os que compõem a cesta básica, entre outros. Na vigilância da qualidade, são fiscalizados 540 tipos de produtos regulamentados, como brinquedos, materiais escolares, componentes automotivos, entre outros, assim como produtos têxteis, entre eles, roupas, itens de cama, mesa e banho.

A Ouvidoria do Ipem-SP está à disposição do cidadão para dúvidas ou denúncias, se houver desconformidade sobre práticas de comercialização, produtos ou serviços. Os canais de comunicação são o telefone 0800 013 05 22, de segunda a sexta, das 8h às 17h, o e-mail ouvidoria@ipem.sp.gov.br, e nossa página [www.ipem.sp.gov.br](http://www.ipem.sp.gov.br) (Governo de SP)



# Fazenda comemora IPCA de 4,26% e projeta menor inflação do Plano Real

O Ministério da Fazenda comemorou na sexta-feira (9) o resultado da inflação oficial de 2025. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em 4,26%, dentro do sistema de metas e com a quinta menor taxa registrada desde 1995, início do Plano Real.

A avaliação é do secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, que ocupa interinamente o cargo de ministro da Fazenda durante as férias de Fernando Haddad. Segundo ele, o resultado consolida um cenário de maior estabilidade econômica e reforça a meta do governo de entregar a menor inflação acumulada de um mandato presidencial desde a criação do real.

“Os 4,26% são o menor IPCA desde 2018. Mas, em 2018, o desemprego estava em 11,6%. Agora está em 5,2%. Estamos entre-

gando inflação e desemprego baixos”, afirmou Durigan, em publicação nas redes sociais.

O ministro interino destacou ainda que o resultado ficou abaixo das expectativas do mercado financeiro ao longo de boa parte do ano. No primeiro semestre de 2025, o boletim Focus chegou a apontar projeções de inflação próximas de 5,6%.

Outro ponto ressaltado por Durigan foi o comportamento mais moderado dos preços dos alimentos, que tiveram alta de 1,43% no ano, contribuindo para a desaceleração do índice geral. No grupo alimentação e bebidas, a inflação ficou em 2,95%, bem abaixo dos 7,69% registrados em 2024.

“Com a estabilidade econômica e fiscal que devolvemos ao Brasil, colhemos bom crescimento do PIB, baixo desemprego,

aumento da renda real do trabalho e quedas da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade. Não temos dívidas em 2026 não será diferente!”, declarou.

Em 2025, a inflação oficial ficou abaixo do teto da meta, de 4,5%, em um contexto de política monetária contracionista, com a taxa básica de juros em 15% ao ano, no maior nível desde 2006. Em nota, o secretário de Políticas Econômicas da Fazenda, Guilherme Mello, ressaltou que a coordenação entre a política fiscal e monetária ajudou a reduzir as pressões inflacionárias.

## Planejamento

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, também comemorou o resultado. Em publicação nas redes sociais, ela destacou o impacto positivo da desaceleração dos preços sobre o custo de

vida da população.

“Fechamos bem o ano: IPCA de 2025 ficou em 4,26%, dentro do intervalo da meta para inflação, e 0,57 ponto percentual abaixo dos 4,83% registrados em 2024. Os preços dos alimentos subiram menos: 2,95%, em 2025 contra 7,69% em 2024”, escreveu Tebet.

A ministra acrescentou que a combinação de inflação mais baixa, mercado de trabalho aquecido e aumento da renda melhoraram diretamente a vida dos brasileiros. Tebet ressaltou a contribuição dos alimentos para a redução do índice de preços.

“Tão importante quanto fechar dentro da meta é a inflação baixa para o item que mais importa: alimentos. Menos da metade de 2024. Mais comida na mesa dos brasileiros, que tiveram aumento real do salário-mínimo”, acrescentou. (Agência Brasil)

## Teto de pensionista e aposentado do INSS sobe para R\$ 8.475,55 em 2026

A partir de fevereiro, os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham mais que o salário-mínimo terão aumento de 3,9%. Com a correção, o teto dos benefícios da Previdência Social sobe para R\$ 8.475,55 em 2026, contra R\$ 8.157,40 em 2025.

A variação equivale ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2025, divulgado na sexta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador mede a inflação para famílias com renda de até cinco salários-mínimos.

O reajuste de 3,9% será pago integralmente aos segurados que já recebiam as aposentadorias e pensões do INSS acima de um salário-mínimo em 1º de fevereiro de 2025. Quem começou a receber o benefício após essa data terá aumento proporcional ao número de meses em que o benefício foi pago.

Segundo o INSS, atualmente 13,25 milhões de beneficiários recebem acima do piso nacional. Um total de 21,9 milhões de pessoas, cerca de 62,5% do total dos aposentados e pensionistas, ganham o salário-mínimo, que subiu de R\$ 1.580 para R\$ 1.618.

Para quem recebe o salário-mínimo, o pagamento das aposentadorias e pensões com reajuste vai de 26 de janeiro a 6 de fevereiro. O pagamento dos benefícios do INSS acima do mínimo com a correção de 3,9% vai de 2 a 6 de fevereiro. A data de pagamento varia conforme o número final do cartão de bene-

fício, desconsiderando o dígito verificador, que aparece após o traço.

Por mais um ano, os aposentados e pensionistas que ganham além do mínimo não terão aumento real (acima da inflação), recebendo o equivalente ao INPC do ano anterior. Quem recebe o mínimo teve reajuste real de 2,5%, segundo a política aprovada pelo Congresso no fim de 2024, que restringe o aumento real ao teto de crescimento de gastos do arcabouço fiscal.

## Tabela

A correção de 3,9% também incidirá sobre a tabela do INSS, por meio da qual os trabalhadores da iniciativa privada com carteira assinada e de empresas estatais recolhem as contribuições mensais à Previdência Social. As alíquotas e as faixas de dedução vão incidir sobre as seguintes faixas:

## Consulta

Nas próximas semanas, o INSS fornecerá o extrato com os novos valores das aposentadorias e das pensões. As informações estão disponíveis no site Meu INSS e no aplicativo de mesmo nome. A consulta exige login e senha do Sistema Gov.br.

Quem não tem acesso à internet pode consultar o valor por meio do telefone 135. O seguro deve ligar para esse número deve informar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e confirmar alguns dados cadastrais para evitar fraudes. (Agência Brasil)

## Aneel divulga calendário para anúncio de bandeiras tarifárias em 2026

O ano de 2026 começou com redução no valor das contas de energia elétrica com a bandeira verde na tarifa de energia, ou seja, sem custo extra. Para o próximo mês, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que a decisão sobre a bandeira tarifária será anunciada no dia 30 de janeiro, conforme calendário divulgado pela agência reguladora nesta semana.

Pelo calendário, o consumidor pode acompanhar as decisões da Aneel a respeito das bandeiras tarifárias que vigorarão a cada mês no decorrer do ano de 2026. Nas datas previstas, será divulgada a cor da bandeira que estará vigente no mês seguinte.

No dia 27 de fevereiro, sairá a definição sobre a bandeira a ser aplicada em março e, no mesmo dia de março (27), sai a bandeira de abril. A definição da bandeira

tarifária de maio será divulgada no dia 24 de abril.

A bandeira de junho, será conhecida no dia 29 de maio. Para julho, a Aneel disse que vai divulgar a bandeira no dia 26 de junho. A bandeira a ser aplicada em agosto será divulgada no dia 31 de julho. A de setembro sairá no dia 28 de agosto; e a de outubro, no dia 25 de setembro.

Por fim, a bandeira tarifária que será aplicada em novembro será anunciada no dia 30 de outubro. A bandeira de dezembro será conhecida no dia 27 de novembro. Já a bandeira a ser aplicada em janeiro de 2027, sairá no dia 23 de dezembro.

## Custos extras

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divi-

didas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

A cada mês, as condições de operação do sistema de geração de energia elétrica são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda e traça uma previsão de custos a serem cobertos pelas bandeiras.

Portanto, as cores das bandeiras tarifárias são definidas a partir da previsão de variação do custo da energia em cada mês. Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acré-

cimo a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido.

Importante observar que, anualmente, ao final do período úmido, em abril, a Aneel define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte. Atualmente os valores cobrados são os seguintes: na bandeira amarela, com condições de geração menos favoráveis, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,88 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos; na bandeira vermelha, no Patamar 1, com condições mais custosas de geração, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,46 para 100 quilowatt-hora kWh consumido.

Já na bandeira vermelha, no Patamar 2, as condições de geração são ainda mais custosas. Com isso, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 7,87 para cada 100 quilowatt-hora kWh consumido. (Agência Brasil)

## Empresariado brasileiro comemora avanço no acordo com União Europeia

Entidades empresariais brasileiras comemoraram a aprovação, após 25 anos de negociações, do acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia. A proposta, conseguida, na sexta-feira (9), o aval do bloco europeu, onde era necessária a chancela de 15 dos 27 Estados-membros, que, além disso, precisavam representar ao menos 65% da população total do bloco.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) classificou o acordo como um passo significativo para avançar na inserção internacional do Brasil e para o fortalecimento da indústria nacional. Segundo a CNI, em 2024, quando o bloco europeu foi o destino de 14,3% das exportações do país, a cada R\$ 1 bilhão exportado do Brasil à UE foram criados 21,8 mil empregos e movimentados R\$ 441,7 milhões em massa salarial e R\$ 3,2 bilhões em produção.

“A aprovação do acordo é um passo decisivo e cria as condições políticas necessárias para avançarmos rumo à assinatura. Esperamos que esse processo seja concluído o quanto antes, para que possamos transformar esse avanço institucional em oportunidades concretas de comércio, investimentos e aumento da competitividade do país”, avalia o presidente da CNI, Ricardo Alban.

A CNI também vê potencial de intensificação das relações comerciais e produtivas com países do Leste Europeu, como República Tcheca, Polónia e Romênia, “que possuem fluxos comerciais modestos com o Brasil, que podem ser ampliados de forma consistente, com destaque para indústria, tecnologia e consumo interno”.

A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) ressaltou que o acordo é um marco estratégico para a indústria química brasileira, ao ampliar o acesso a um dos maiores mercados consumidores do mundo, estimular investimentos, fortale-

cer a inovação e impulsionar uma agenda de sustentabilidade alinhada aos princípios ESG.

“O acordo representa uma oportunidade concreta de reposicionar a indústria química brasileira em cadeias globais de maior valor agregado”, afirma o presidente-executivo da Abiquim André Passos Cordeiro.

Cordeiro acrescenta que o acordo cria um ambiente mais próspero e moderno para investimentos, especialmente em áreas como bioeconomia, química de base renovável e energia limpa.

Para a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a assinatura representa um marco essencial para o comércio internacional, em tempos marcados por turbulência geopolítica e inúmeras crises, criando a maior zona de livre comércio do mundo.

“O tratado, na projeção da associação, pode propiciar o aumento das exportações do setor eletroeletrônico para a União Europeia entre 25 e 30% no médio prazo, assim como permitirá uma diversificação dos fornecedores de insumos para a produção industrial.

A expectativa da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACEB) é de que o acordo abra várias janelas de oportunidade para a economia brasileira. Para o presidente da CACEB, Alfredo Cotait Neto, o acordo é uma combinação em que todos os países ganham e se fortalecem para enfrentar os desafios do cada vez mais competitivo do comércio internacional.

“O acordo é uma vitória da diplomacia e do setor produtivo. Os próximos passos até chegar à implementação exigirão diálogo entre os países para o benefício de toda a sociedade”, destaca.

A CACEB prevê a atração de investimentos dos países europeus no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com benefícios

para todo o continente. “O cenário favorece não só o bloco, mas toda a América do Sul”.

## Fiesp, Firjan e Fiemg

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) demonstrou entusiasmo com o acordo, mesmo avaliando que o texto não é perfeito.

“Foi o acordo possível para conciliar interesses de 31 países, em um cenário de transformação do comércio internacional. A Fiesp participou ativamente das negociações nas últimas décadas, com o objetivo principal de que o entendimento trouxesse valor real para as pessoas e para a indústria brasileira”.

Para a Fiesp, o acordo é abrangente e mudará substancialmente a forma com que as empresas do Mercosul e da UE fazem negócios, importam, exportam e investem entre si.

O presidente da entidade, Paulo Skaf, disse que o real trabalho começa agora, porque será necessário a todos inovar, melhorar a produtividade e buscar incessantemente a excelência da porta para dentro das fábricas, que já têm condições de competir com os europeus.

“E trabalharemos para assegurar a isonomia competitiva que permita ao empreendedor nacional prosperar e tirar o máximo proveito das oportunidades que o acordo oferece”, afirmou.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) também comemorou que a aproximação entre Mercosul e UE promoverá um significativo aumento da corrente de comércio, novos investimentos e crescimento do PIB industrial brasileiro, diversificando e ampliando parcerias em um cenário geopolítico marcado por tensões.

Já a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), ainda que avalie o acordo de forma positiva, ressaltou que o acordo deve ser analisado com cautela e atenção aos seus impactos sobre a indústria.

“Minas Gerais mantém relação comercial sólida e superavitária com o bloco europeu, o que reforça a importância estratégica do acordo para o estado. Entre 2021 e 2025, as exportações mineiras para a União Europeia somaram cerca de US\$ 31,0 bilhões, enquanto as importações alcançaram US\$ 13,38 bilhões, resultando em saldo positivo de US\$ 17,62 bilhões”.

A federação acredita que os benefícios serão principalmente para setores como café, mineração, siderurgia, celulose e cadeias industriais integradas, como a automotiva e de autopeças. “Ao mesmo tempo, a Fiemg destaca a necessidade de atenção à implementação do acordo, especialmente para segmentos mais sensíveis à concorrência externa, além de atividades que dependem do cumprimento de exigências sanitárias e regulatórias específicas”.

Para o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), Tirol Meirelles, a aprovação do acordo bilateral é um avanço importante, após mais de duas décadas de discussões e ajustes.

Meirelles ressaltou que o tarifaço imposto pelo governo americano reforçou a importância de acordos bilaterais que permitam uma maior capilaridade do comércio internacional brasileiro.

O presidente da Faesp avalia também que as salvaguardas impostas por países como Itália e França não estão erradas, pois pretendem proteger as cadeias produtivas locais. Na visão do presidente da Faesp, o governo brasileiro também deve ter essa preocupação com o produtor.

“No caso do leite em pó, há mais de um ano estamos denunciando a importação desenfreada, comprometendo a cadeia do leite, sem que nenhuma posição tenha sido tomada até então. O governo brasileiro precisa ser parceiro do setor produtivo”, afirmou. (Agência Brasil)

## Justiça dos EUA reconhece liquidação do Banco Master e bloqueia ativos

A Justiça dos Estados Unidos reconheceu na quinta-feira (8) a liquidação extrajudicial do Banco Master decretada no Brasil e determinou o bloqueio de ativos da instituição e de suas controladas em território americano. A decisão é do juiz Scott M. Grossman, da Corte de Falências do Distrito Sul da Flórida, e representa um reforço à atuação do Banco Central (BC) no caso.

O reconhecimento foi concedido a pedido da EFB Regimes Especiais de Empresas, nomeada pelo BC como liquidante do Banco Master. O magistrado enquadrava a liquidação brasileira como “processo estrangeiro principal”, nos termos do Chapter 15 da legislação dos EUA, o que obriga tribunais e credores americanos a respeitarem o andamento do processo conduzido no Brasil.

Com a decisão, ficam suspensas todas as ações judiciais, execuções de dívidas e qualquer tentativa de transferência ou movimentação de ativos do Banco Master nos Estados Unidos fora do controle do liquidante. A ordem também alcança o Lest-Bank S.A., o Banco Master de Investimento S.A. e o Banco S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores.

“Todas as pessoas e entidades ficam proibidas de transferir, onerar ou de qualquer outra forma dispor de quaisquer ativos dos devedores localizados nos Estados Unidos”, afirmou o juiz no despacho.

Grossman rejeitou os pedidos apresentados por Daniel Vercora, ex-controlador do banco, que alegava que a liquidação poderia ser revertida no Brasil, especialmente em razão de questionamentos no Tribunal de Contas da União (TCU). Para o magistrado, o processo brasileiro é regular e o liquidante está “devidamente autorizado” a representar a instituição no exterior.

A decisão também concede à EFB amplos poderes para atuar nos EUA, incluindo a possibilidade de ouvir testemunhas, produzir provas e requisitar informações sobre ativos, negócios, direitos e passivos do banco e de suas controladas.

## TCU

A decisão ocorreu horas depois de o ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), suspender uma inspeção presencial no Banco Central relacionada à liquidação do Master. Citando “contornos desproporcionais” após a “ampla divulgação do caso”, o ministro levou o tema para análise do plenário do tribunal.

O Banco Master teve a liquidação decretada pelo BC em novembro, após a rejeição da proposta de venda ao Banco de Brasília (BRB) e no contexto da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que apura suspeitas de fraudes financeiras envolvendo a antiga administração da instituição. (Agência Brasil)

# Governo anuncia R\$ 10 bilhões em crédito para compra de caminhões

## Internacional

### União Europeia aprova assinatura de acordo comercial com Mercosul

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, confirmou há pouco a aprovação, por ampla maioria dos países que integram a União Europeia (UE), do acordo de livre comércio com o Mercosul — bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

“A decisão do Conselho de apoiar o acordo UE-Mercosul é histórica”, escreveu Ursula em sua conta na rede social X. “A Europa está enviando um sinal forte.

“Estamos empenhados em criar crescimento, empregos e em garantir os interesses dos consumidores e das empresas europeias”, acrescentou a presidente da comissão responsável por elaborar propostas de leis para todo o bloco e por executar as decisões do Parlamento e do Conselho europeu.

Com o resultado confirmado, a presidente da Comissão Europeia poderá viajar para o Paraguai, já na próxima semana, para ratificar o acordo com os países-membros do Mercosul. O Paraguai assumiu em dezembro de 2025 a presidência rotativa pro-tempore do bloco.

Em um comunicado mais extenso, divulgado na página da Comissão, Ursula disse esperar ansiosamente pela assinatura do acordo que, para entrar em vigor, ainda terá que ser aprovado no Parlamento Europeu.

“Em um momento em que o comércio e as dependências [comerciais e econômicas] estão sendo usadas como armas, e a natureza perigosa e transacional da realidade em que vivemos se torna cada vez mais evidente, este acordo comercial histórico é mais uma prova de que a Europa traça seu próprio curso e se mantém como uma parceira confiável.”

A presidente da Comissão destacou ainda “a forte liderança e boa cooperação” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o período em que o Brasil presidiu o Mercosul — entre julho e dezembro de 2025.

Mais cedo, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Polônia, Stefan Krajewski, comentou, em sua conta no X, que além de seu país, votaram contra o acordo Áustria, França, Hungria e Irlanda.

Pelas regras do bloco, para ser aprovada, a proposta tinha que obter o aval de ao menos 15 dos 27 Estados-membros que, juntos, representem ao menos 65% da população total do bloco.

#### Repercussão

No Brasil, a decisão foi comemorada por lideranças políticas e empresariais. Responsável por promover os produtos e serviços brasileiros no exterior, a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (ApexBrasil) afirma que o acordo estabelece um mercado de quase US\$ 22 trilhões, com o potencial de incrementar as exportações brasileiras para a União Europeia em cerca de US\$ 7 bilhões.

“Estamos falando de uma população de mais de 700 milhões de habitantes e de um PIB de perto de US\$ 22 trilhões. Só perde para o dos Estados Unidos, em torno de US\$ 29 trilhões, e supera o da China, que gira em torno de US\$ 19 trilhões”, comentou o presidente da agência, Jorge Viana, em nota.

Viana também destacou a qualidade da pauta exportadora brasileira com o bloco europeu: “Mais de um terço daquilo que o Brasil exporta para a região é composto de produtos da indústria de processamento.”

O acordo prevê redução imediata de tarifas para máquinas e equipamentos de transporte como motores e geradores para energia elétrica, motores de pistão (autopeças) e aviões. Todos representam áreas estratégicas para inserção competitiva do Brasil.

Também haverá oportunidade positiva para couro e peles, pedras de cantaria, facas e lâminas e produtos químicos. Haverá redução gradativa das tarifas, até zerá-las, sobre diversas commodities (sujeitos a cotas). (Agência Brasil)

## Feriados deste ano podem afetar vendas do comércio no Rio

O estado do Rio de Janeiro terá, ao todo, 26 feriados municipais, considerando aniversários das cidades e outras datas de relevância regional, além dos feriados nacionais e estaduais, como o Dia de São Jorge (23 de abril). Com isso, o comércio varejista fluminense pode deixar de faturar mais de R\$ 2 bilhões neste ano. O faturamento mensal do comércio fluminense atinge, em média, R\$ 1,4 bilhão, sendo a cidade do Rio de Janeiro responsável pela metade, em torno de R\$ 700 milhões. O levantamento é do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio).

Para o comércio, o ponto sensível é que datas comemorativas importantes cairão em dias úteis, podendo se estender devido aos chamados enforcamentos, levando muitas empresas a não funcionarem, diminuindo a movimentação de pessoas nas ruas, o que impacta, principalmente, o comércio lojista. É importante lembrar ainda os 52 domingos deste ano, quando boa parte do comércio não funcionará. Além disso, 2026 será ano de Copa do Mundo e de eleições, que também podem afetar negativamente o comércio.

Outro fator a ser considerado é a lucratividade, observada por meio do custo de abertura do

estabelecimento e da receita auferida com a loja aberta. Essa oportunidade é muito examinada nos shoppings e no comércio de rua, que abrem nos feriados e lidam, em particular, com produtos essenciais.

“Os feriados são importantes para a sociedade. O excesso é que preocupa. Não fossem os acordos coletivos, que permitem a abertura nos feriados e domingos, e o comércio eletrônico, as perdas de faturamento poderiam ser ainda maiores”, afirma Aldo Gonçalves, presidente do SindilojasRio.

“O excesso de feriados acaba por prejudicar a atividade do comércio, freando a circulação de mercadorias e o giro do dinheiro e dos negócios. Em algumas localidades, afeta notadamente os lojistas de rua, principalmente os de menor porte, que são mais sensíveis aos efeitos dos finais de semana e feriados porque já não abrem nesses dias, normalmente”, avalia Gonçalves.

Nos feriados, os gastos das famílias se misturam aos de lazer. Assim, os apelos para os consumidores viajarem, passearem e buscarem outros divertimentos são maiores, favorecendo mais as atividades relacionadas ao turismo, bares e restaurantes”, concluiu o presidente do SindilojasRio.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, lançou na quinta-feira (8) o programa Move Brasil, que vai oferecer financiamento com taxas de juros mais baixas para empresas de transporte rodoviário de carga, cooperativas e caminhoneiros autônomos. O estímulo à renovação da frota deverá atender a critérios de sustentabilidade dos veículos e conteúdo local.

De acordo com o governo, o programa disponibilizará R\$ 10 bilhões de crédito, entre recursos do Tesouro Nacional (R\$ 6 bilhões) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por operar todas as linhas de crédito do Move Brasil. Desse total, R\$ 1 bilhão é reservado exclusivamente a caminhoneiros autônomos e cooperados.

Em dezembro, o governo já havia publicado Medida Provisória (MP) que autoriza a destinação de recursos para as linhas de crédito de renovação da frota de caminhões. Por portaria, o MDIC definiu os critérios de conteúdo local, sustentabilidade e reciclagem para concessão dos financiamentos. Já o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu as condições financeiras das operações, incluindo juros, prazos e carência, com vantagens especiais a quem entregar veículo antigo para desmonte.

“Isso é importante para o meio ambiente, para saúde pública e para a economia, porque retira de circulação veículos antigos que poluem mais, coloca na rodovia veículos novos e mais seguros e ajuda a segurar emprego e estimular a indústria e o comércio nacional”, afirmou Alckmin durante visita a uma concessão de caminhões, em Brasília.

O vice-presidente estava acompanhado do presidente e CEO da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a medida não terá impacto fiscal primário, já que os financiamentos são reembolsáveis, não contam com garantia da União e têm risco de crédito assumido pelas instituições financeiras participantes. O valor máximo de financiamento é de R\$ 50 milhões por beneficiário.

Segundo a regulamentação aprovada pelo CMN, o prazo de reembolso pode chegar a 60 meses; haverá carência de até seis meses para o pagamento da primeira parcela; não é permitida a capitalização de juros durante o período de carência; os pedidos de financiamento poderão ser protocolados até 30 de junho de 2026.

A fabricação do caminhão a

ser adquirido deverá ser pelo menos de 2012 em diante. O programa prevê ainda condições mais favoráveis de juros para caminhões movidos a eletricidade ou biometano, que costumam ter custo mais elevado do que os modelos a diesel.

Sobre a concessão de vantagens para aqueles encaminham o veículo antigo para desmonte, o programa estabelece algumas regras, como veículo em condições de rodagem, possuir licenciamento regular relativo ao ano de 2024 ou posterior e ter data de emplacamento original superior a vinte anos. Também há regras para a baixa definitiva no órgão de trânsito e envio à empresa de desmontagem. Obsecução do financiamento deverá comprometer a entrega à instituição financeira, no prazo de até 180 dias, a certidão de baixa do registro do veículo e nota fiscal de entrada na desmontadora. (Agência Brasil)

## Presidente sanciona projeto do devedor contumaz com veto a benefícios para bom contribuinte

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou na quinta-feira (8) o projeto de lei do devedor contumaz, com punição a sonegadores que deixam de pagar tributos de forma reiterada e sem justificativa, mas vetou dispositivos que previam benefícios a bons contribuintes.

Um dos itens vetados era o desconto de até 70% em multas e juros moratórios em caso de inadimplência para empresas com bom histórico de pagamento de tributos que adquiram dívidas, como parte do programa Sintonia (Programa de Estímulo à Conformidade Tributária).

Na justificativa do veto, o governo afirma que a proposta vai de encontro à Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever uma limitação temporal de até cinco anos para o benefício.

“A proposição legislativa contraria o interesse público, ao instituir benefícios que ampliarão o gasto tributário da União”, diz trecho do texto publicado no Diário Oficial da União na sexta-feira (9).

O presidente vetou ainda o prazo de até 120 meses para quitação de tributos, outro benefício previsto no âmbito do programa Sintonia. Segundo o governo, essa proposta também vai na direção contrária do que é determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A lei sancionada nesta quinta, que institui o Código de Defesa do Contribuinte, foi aprovada no fim do ano passado no Congresso, após pressão de membros do governo, entre eles o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

O texto define o devedor contumaz como pessoas jurídicas com uma dívida mínima de R\$ 15 milhões correspondente a mais de 100% de seu patrimônio conhecido, que tenham inadimplência frequente e injustificada. A lei estabelece penalidades às empresas que se enquadram nesse perfil.

Essas empresas poderão sofrer uma série de punições, como a suspensão de suas atividades financeiras. Além disso, contribuintes que forem tidos como devedores contumazes terão seus dados divulgados no site da Receita Federal.

A proposta havia sido aprovada em setembro no Senado, após ter sua tramitação impulsionada devido à megaoperação Carbono Oculto, que mirou

o envolvimento da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) com postos de gasolina e fintechs. O esquema movimentou R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024.

Devido à Operação Carbono Oculto, o texto estabelece novas regras para evitar que empresas do setor de combustível sejam usadas pelo crime organizado para lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

Uma delas é a previsão de que a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) estabeleça um capital social mínimo para empresas no setor de combustíveis, que vai de R\$ 1 milhão para as que trabalham com revenda até R\$ 200 milhões para as companhias que atuam na produção. (Folhapress)

## Epidemia de feminicídios pressiona Lula e Tarcísio por ações em ano eleitoral

Maria Katiane Gomes da Silva é agredida pelo marido, Alex Leandro Bispo, cai do décimo andar do prédio onde mora, na Vila Andrade, zona oeste paulista, e morre. Bispo é preso pela polícia.

Tainara Souza Santos é atropelada e arrastada por um carro, no Parque Novo Mundo, zona norte da capital paulista. Ela tem as duas pernas amputadas e, depois de passar quase um mês no hospital, morre; Douglas Alves da Silva é capturado.

Karine Braz de Souza desaparece. Meses depois, seu marido, Alberto Santana Eugênio, confessa à polícia que a matou. O corpo dela foi achado sob o piso de uma loja, em Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro.

O ano se inicia maculado pelo alastramento de feminicídios por todo o país, e o tema já impacta a discussão política. Parlamentares da base do governo pressionam o presidente Lula (PT) a propor estado de calamidade pública e sugerem que a sua campanha à reeleição tenha propostas específicas para combater a violência contra as mulheres.

A pressão não é menor para o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), adversário político do petista. Levantamento da Folha mostra que, em meio à crise de feminicídios, a gestão dele vai diminuir em 20% os repasses para a Secretaria de Políticas Para a Mulher. O governo nega e diz que, ao final o governo será maior.

No que se refere ao governo federal, as deputadas Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Sâmia Bomfim (PSOL-SP) protocolaram uma indicação para Lula enviar ao Congresso um pedido de re-

conhecimento de calamidade pública diante dos feminicídios. Segundo Melchionna, tal expediente permitiria destinar mais recursos para prevenir os crimes.

Até o momento, porém, o petista não tomou uma decisão. “Isso não me decepciona, mas me frustra. Ainda tenho esperanças de que isso avance”, diz Bomfim. “Temos posições políticas independentes e votei nele nas eleições passadas exatamente para que fossem asseguradas as posições democráticas”, afirma Melchionna.

Em discursos recentes, Lula cobrou participação ativa dos integrantes de seu governo no combate ao feminicídio. Chegou a convocar uma reunião com representantes dos três Poderes para discutir a questão, mas o debate terminou sem novidades. Em seu terceiro mandato, o petista recriou o Ministério da Mulher, extinto no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Ao mesmo tempo, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública só executou 0,1% do orçamento previsto no Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, entre março de 2024 e junho deste ano.

Em 2024, o Brasil atingiu o maior número de feminicídios desde a tipificação do crime, há quase uma década.

A lei classifica como crime de feminicídio o assassinato da mulher por violência doméstica e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram 1.492 casos em 2024, o que representa uma média de quatro feminicídios por dia.

Em 2025, o estado de São Paulo registrou o maior número de

feminicídios da história. Segundo dados da Secretaria da Segurança Pública Estadual, foram 233, de janeiro a novembro. As agressões contra mulheres sob o título de lesão corporal dolosa (com intenção) também bateram a maior marca do acumulado, com 61.474 queixas nas delegacias. Em dezembro, uma ação policial prendeu 233 agressores em todo o estado.

No ano passado, a Secretaria de Políticas para a Mulher, agora chefiada por Adriana Liporini, operou com um orçamento de pouco mais de R\$ 38 milhões, em valores já corrigidos pela inflação. Já para o próximo ano, o orçamento deve ser de R\$ 30 milhões, o que significa um encolhimento de 20%. A comparação foi realizada a partir de dados de despesa disponíveis na Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento.

“A falta de orçamento está vinculada ao aumento de feminicídios em São Paulo, que tem um governo reacionário que não trata o enfrentamento à violência contra a mulher como prioridade”, afirma Melchionna, autora de um projeto de lei que estipula a instalação de torzeleira eletrônica nos agressores.

Em nota, o governo de São Paulo nega a queda de investimentos e diz que o orçamento, ao longo do ano, é incremental por meio de emendas impositivas e suplementações. O governo relata que a sua proposta de orçamento para 2026 foi 70% maior ao que havia sido proposto em 2025.

A proposta enviada pelo governo no ano passado foi de R\$ 10 milhões, valor reajustado pela inflação. Para o orçamento deste ano, o governo propôs R\$ 16,5

milhões. Embora o valor seja maior, ele é inferior aos R\$ 38 milhões do orçamento final, que se deve a incrementos feitos pelos deputados estaduais durante a tramitação na Assembleia Legislativa. Foram os parlamentares os responsáveis por deixar a pasta com R\$ 30 milhões para 2026.

Além disso, dos R\$ 38 milhões de orçamento do ano passado, apenas 60% (cerca de R\$ 23 milhões) foram empenhados, ou seja, reservados para uso.

Alia da Tarcísio, a deputada estadual Carla Morando (PSDB-SP) diz não ver erros do governo no combate à violência contra a mulher. Segundo ela, é difícil o poder público descobrir um crime que ocorre entre quatro paredes. Ela destaca as ações do governo para incentivar o empreendedorismo feminino, viabilizando a independência das mulheres.

“A esquerda pode até usar os crimes de São Paulo, mas será narrativa. Aqui tem mais gente, e tudo é mais exacerbado”, afirma Morando.

Apoiadora de Bolsonaro, a deputada federal Bia Kicis (PL-DF) diz ver um afrouxamento da segurança no país, embora os dados indiquem tendência de alta nos feminicídios durante a gestão de Bolsonaro. Kicis elogia projetos do ex-presidente, recordando antigos modos seus.

“A ação na época foi de reforçar a segurança e a questão de liberar armas para quem tem capacidade de usar. A mulher é mais frágil. A única forma de se igualar ao homem é ter um apetrecho”, afirma a parlamentar. “Na hora que vier um agressor, você prefere ter uma arma ou a Lei Maria da Penha?”. (Folhapress)







# Justiça determina que SUS forneça remédio para tratar câncer raro

## Primeiro-ministro do Canadá visita o Brasil em abril



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu telefonicamente o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, na tarde da quinta-feira (8). De acordo com o Palácio do Planalto, os dois líderes trocaram impressões sobre a situação na Venezuela e os impactos para a região.

“Ambos condenaram o uso da força sem amparo na Carta das Nações Unidas e no direito internacional. Lula destacou que o destino da Venezuela deve ser decidido soberanamente por seu povo e que a América do Sul deve continuar sendo uma zona de paz”, disse o Planalto, em nota.

De acordo com o comunicado, o presidente e o primeiro-ministro concordaram sobre a necessidade de reforma das instituições de governança global. No último sábado (3), uma invasão militar dos Estados Unidos (EUA) resultou no sequestro do presidente do país, Nicolás Maduro, e sua esposa, Cilia Flores.

Na ligação, canadense aceitou convite de Lula para visitar o Brasil no mês de abril. Entre os temas a serem abordados, está o avanço de um possível acordo comercial entre o Mercosul e o Canadá.

Mais cedo, Lula também conversou por telefone com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e com a presidente do México, Claudia Sheinbaum.

### México

Na conversa com a líder mexicana, Lula também tratou do tema Venezuela e ambos defenderam o multilateralismo, repudiaram a invasão militar dos EUA e contestar a visão que tenta separar o mundo em zonas de influências de grandes potências. Lula e Sheinbaum também discutiram preparativos de uma visita da líder mexicana ao Brasil, ainda sem data, e cooperação entre os países no enfrentamento à violação contra as mulheres. (Agência Brasil)

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) determinou o fornecimento do medicamento Mitotano a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) diagnosticados com carcinoma adrenocortical (CAC) – câncer raro, agressivo e sem alternativa terapêutica eficaz.

O tribunal acolheu parcialmente a tutela provisória de urgência (liminar) pedida pelo Ministério Público Federal em recurso, após a negativa do pedido em primeira instância. A decisão reconhece a urgência da situação e o risco concreto à vida dos pacientes que estavam sem acesso ao medicamento.

De acordo com o pedido do MPF, o Mitotano, que já foi comercializado no Brasil com o nome comercial Lisodren, é utilizado no tratamento do carcinoma adrenocortical desde a década

de 1960 e é reconhecido como a primeira e mais eficaz opção terapêutica para a doença. O medicamento é indicado tanto para casos de tumores inoperáveis, metastáticos ou recorrentes quanto como terapia adjuvante, para reduzir o risco de recidiva após cirurgia.

Segundo o MPF, não há no mercado alternativa terapêutica com a mesma eficácia e segurança, o que torna o fornecimento contínuo do fármaco indispensável no âmbito do SUS.

Com a decisão liminar, a União deverá apresentar plano de ações e cronograma detalhado para garantir que todos os pacientes do SUS com indicação médica recebam o Mitotano de forma contínua, evitando a interrupção do tratamento.

O MPF ressalta que a crise no fornecimento do Mitotano se



aggravou em março de 2022, quando a empresa detentora do registro no Brasil comunicou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a descontinuação definitiva da fabricação e a importação do medicamento por motivos comerciais.

Desde então, hospitais de referência do SUS, como o Instituto Nacional de Câncer (Inca), passaram a enfrentar estoques zerados, obrigando pacientes a comprarem o remédio diretamente com recursos próprios ou a dependerem de empréstimos pontuais entre unidades de saúde. (Agência Brasil)

## Ministro anuncia renovações automáticas de CNH para bons motoristas

O Ministério dos Transportes anunciou, na sexta-feira (9), o primeiro lote de carteiras nacionais de habilitação (CNH) renovadas automaticamente para condutores que não cometeram infração nos últimos 12 meses.

A medida, adotada com o objetivo de beneficiar bons condutores, está prevista em medida provisória publicada no dia 10 de dezembro de 2025.

A data de hoje foi escolhida para o anúncio pelo fato de os condutores terem prazo de 30 dias, contatos a partir do vencimento da CNH, para fazer a renovação do documento.

“A decisão prevê que condutores responsáveis no trânsito não precisam realizar exames presenciais, se deslocar aos Detrans ou pagar qualquer taxa adicional para renovar o documento. O processo será totalmente automático e digital, pelo sistema da Secretaria Nacional de Trânsito, a Senatran,



com a atualização disponível no aplicativo da CNH do Brasil”, informa o ministério.

Durante o anúncio do primeiro lote de CNHs renovadas automaticamente, Renan Filho disse que uma mensagem será enviada, por celular, aos bons condutores parabenizando-os pelo feito e concedendo, a eles, um selo.

Ele explicou que a gratuidade será para a carteira digital. Se o

bom condutor para não pagar taxa nem novos exames. Para não perder o dia de trabalho, nem largar o que está fazendo para, de tempos em tempos, voltar a um guichê, pegar um papel, pagar por um carimbo, esperar muito e ser mais uma vítima da burocracia”.

O cadastro no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC) pode ser feito por meio do aplicativo da CNH ou por meio do Portal de Serviços da Senatran.

Condutores com 70 anos ou mais não estão aptos a receber o benefício. Motoristas com idade a partir de 50 anos receberão o benefício uma única vez.

“A renovação automática não vale para motoristas que têm a validade da CNH reduzida por recomendação médica, em casos de doenças progressivas ou condições que exigem acompanhamento de saúde”, informa o ministério. (Agência Brasil)

## PUC-SP abre seleção de vagas remanescentes e com nota do Enem para 2026

A PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) abriu um vestibular complementar para preencher vagas remanescentes do primeiro semestre de 2026. A seleção será feita exclusivamente com base na nota do Enem, sem aplicação de prova.

Podem concorrer candidatos que tenham participado do exame nacional entre 2022 e 2025 e alcançado média mínima de 450 pontos. As inscrições seguem até 23 de janeiro e devem ser feitas pela internet, no site do Núcleo de Vestibulares da instituição. A taxa é de R\$ 90.

Ao todo, há vagas em cursos de graduação distribuídos entre os campi Marquês de Paranaguá, Monte Alegre e Ipiranga, em diferentes áreas do conhecimento e turnos. No momento da inscrição, o candidato deve escolher apenas um curso.

No campus Marquês de Paranaguá, há vagas para ciência da computação (20, matutino), design com formação em design de interação (20, matutino), engenharia biomédica (10, matutino), engenharia civil (20, noturno), engenharia de produção (20, noturno) e engenharia de sistemas ciber-físicos (20, noturno).

O campus Monte Alegre concentra a maior parte da oferta. Na área da saúde, são 20 vagas para fisioterapia (matutino) e 10 para fonoaudiologia (matutino). Em ciências sociais e história, há vagas para ciências sociais (20, matutino), história (20, matutino) e história licenciatura (20, noturno).

Na Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais, são oferecidas vagas em administração (20, noturno), ciências atuariais (20, noturno), ciências contábeis (20, noturno) e ciências econômicas (30, noturno). Em educação, o curso de pedagogia tem 30 vagas no período matutino.

Na área de comunicação, letras e artes, há vagas para arte: história, crítica e curadoria (20, matutino), publicidade e propaganda (20, matutino), jornalismo (30, vespertino/noturno), letras-tradução inglês/português (20, matutino) e letras português e inglês (20, matutino).

O campus Ipiranga, dedicado à Faculdade de Teologia, oferece 40 vagas para o curso de teologia no período matutino e 20 no noturno.

A PUC-SP informa que a abertura das turmas depende de um número mínimo de matriculados – 20 alunos em cursos de turno único e 25 nos que funcionam em dois turnos. Caso esse número não seja atingido, a universidade pode devolver a taxa de inscrição ou permitir a mudança de opção de curso.

A instituição também permite pedido de reopção posteriormente, desde que haja vagas remanescentes e que a classificação do candidato possibilite a mudança, após o período de matrículas da primeira chamada.

O resultado da primeira chamada será divulgado em 27 de janeiro. As matrículas dos aprovados serão feitas de forma online, pelo site da instituição. (Folhapress)

## Brasil terá novas regras para entrada de produtos agropecuários



A partir do dia 4 de fevereiro, o Brasil terá novas regras para o transporte de produtos agropecuários nas bagagens de passageiros que estejam fazendo viagens internacionais. A medida está prevista em portaria publicada em dezembro pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

A meta é impedir a entrada de “agentes causadores de doenças e pragas que possam colocar em risco a saúde pública, o meio ambiente e o patrimônio

agropecuário brasileiro”, informou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

A fiscalização será feita por meio do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), a quem caberá analisar os riscos que alguns itens podem implicar, caso entrem no país.

### Lista de produtos

Entre os itens estão animais, vegetais, bebidas, fertilizantes,

corretivos, agrotóxicos, alimentos, produtos de madeiras, estimulantes e biofertilizantes.

Também integram a lista materiais genéticos para uso na reprodução animal e na propagação de vegetais; produtos de uso veterinário e destinados à alimentação animal; e inoculantes – produtos que contêm bactérias ou fungos destinados a favorecer o desenvolvimento das plantas.

“A lista de produtos agropecuários estabelecida na portaria poderá ser atualizada a qualquer momento, em decorrência de eventos sanitários, da produção de conhecimento para a gestão do risco zoonossanitário (relativo à segurança da saúde animal e vegetal), bem como de alterações nos procedimentos aduaneiros”, informou a Secom.

### Documentação

Quem estiver transportando, durante a viagem, produtos desses tipos, que necessitem de autorização de importação, terá de preencher um documento emitido

pelo Ministério da Agricultura e Pecuária Mapa. “que será encaminhado eletronicamente pelo serviço técnico emissor às unidades do Vigiagro nos locais de ingresso”.

A Secom explica que o documento deverá conter informações descrevendo os bens agropecuários a serem importados, incluindo quantidade, forma de acondicionamento, país de origem e de procedência; modal de transporte (que poderá ser aéreo, marítimo, fluvial, lacustre, rodoviário ou ferroviário); via de transporte autorizada; e local de ingresso no território nacional.

Também será necessária a apresentação do prazo de validade da autorização de importação, além da dados do viajante que transportará os produtos.

A declaração será por meio do documento e-DBV – Declaração Eletrônica de Bens do Viajante, a ser entregue na unidade do Vigiagro por meio do canal “Bens a Declarar”. (Agência Brasil)

## Casos de Síndrome Respiratória Grave estão em queda, diz InfoGripe

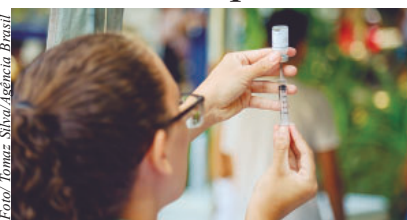
O primeiro boletim InfoGripe de 2026, publicado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na quinta-feira (8), indica que o número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), a nível nacional, apresenta sinal de queda nas tendências de longo e de curto prazo e não há, em quase todos os estados e capitais, incidência em nível de alerta, risco ou alto risco. Durante o ano de 2025, 13.678 pessoas morreram no país por Síndrome Respiratória Grave.

Nas últimas oito semanas, a incidência e a mortalidade semanais mantêm o padrão característico de maior impacto nos extremos das faixas etárias analisadas.

A incidência de SRAG é mais elevada entre as crianças pequenas, enquanto a mortalidade se concentra principalmente nos idosos.

Em relação aos demais vírus com circulação relevante no país, o impacto nos casos de SRAG tem se concentrado entre as crianças e está associado principalmente ao rinovírus e ao metapneumovírus. Por se tratar de um cenário que inclui as quatro últimas semanas epidemiológicas, a incidência e mortalidade estão sujeitas a alterações.

Em 2025, foram notificados 13.678 óbitos de SRAG, sendo 6.889 (50,4%) com resultado laboratorial positivo para algum vírus respiratório, 5.524 (40,4%) negati-



vos e ao menos 222 (1,6%) aguardando resultado laboratorial. Dentre os óbitos positivos, observou-se que 47,8% são de influenza A, 1,8% de influenza B, 10,8% de vírus sincicial respira-

tório, 14,9% de rinovírus e 24,7% de Sars-CoV-2 (Covid-19).

A análise abrange a Semana Epidemiológica 53, no período de 28 de dezembro de 2025 a 3 de janeiro de 2026. (Agência Brasil)